

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

O Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A. – CEITEC em Liquidação (Companhia ou CEITEC) é uma empresa pública federal domiciliada no Brasil, constituída sob a forma de sociedade por ações, com participação exclusiva da União no capital social, vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI). A Companhia foi constituída pela Lei n.º 11.759, de 31 de julho de 2008, e Decreto n.º 6.638, de 07 de novembro de 2008. A Assembleia Geral de Constituição do CEITEC foi realizada em 15 de abril de 2009, data em que iniciou suas atividades de estudos e testes. Empresa pública dependente, seus recursos são providos pela União mediante dotação orçamentária específica.

Na data de 21 de novembro de 2017, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a redação do novo Estatuto Social da empresa, com o intuito de adequá-lo ao disposto na Lei 13.303 de 30 de junho de 2016 e no Decreto n.º 8.945 de 27 de dezembro de 2016. Além da legislação já citada anteriormente, o CEITEC também é regida pela Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976.

Com sede em Porto Alegre (RS), o CEITEC ocupa uma área total de 14,7 mil m². Desses, 9,6 mil m² são destinados à Fábrica e 5,1 mil m², ao Prédio Administrativo. A empresa foi criada com a missão desenvolver soluções que contribuam para o progresso e o bem-estar da sociedade brasileira, explorando comercialmente tecnologias de microeletrônica e de áreas correlatas. Sua visão era de ser empresa nacional referência no mercado para soluções inovadoras baseadas em microeletrônica. O CEITEC foi uma iniciativa estratégica do Brasil para garantir o domínio tecnológico completo da fabricação de circuitos integrados (chips) no País.

O CEITEC atuava no segmento de semicondutores desenvolvendo soluções para identificação automática (RFID e smartcards) e para aplicações específicas (ASICs). A empresa projetava, fabricava e comercializava circuitos integrados para diferentes aplicações, tendo como principais áreas de atuação a identificação veicular, identificação pessoal, identificação patrimonial e logística, identificação animal, saúde, serviços e projetos sob medida.

Conforme detalhado na Nota Explicativa nº 31 foi autorizada a desestatização da Companhia, em 15 de dezembro de 2020, por meio do Decreto nº 10.578, sendo a Assembleia Geral Extraordinária – AGE de dissolução da empresa realizada no dia 11 de fevereiro de 2021. A AGE fixou o prazo para conclusão da liquidação em 12 (doze) meses, prorrogável mediante solicitação justificada do liquidante, caso necessário.

Com a suspensão do processo de liquidação da Companhia pelo Tribunal de Contas da União (TCU), em 01 de setembro de 2021, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 32, a liquidação foi prorrogada por mais 6 (seis) meses em AGE realizada no dia 01 de fevereiro de 2022.

BASE DE PREPARAÇÃO

a. Declaração de conformidade em relação às normas do CPC

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, nos Pronunciamentos, nas Orientações e nas Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e em conformidade com as Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto pela avaliação a valor justo de certos instrumentos financeiros, quando requerido pela norma.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras foi efetuada de acordo com as normas contábeis vigentes no Brasil, que exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

e. Aprovação e Autorização para emissão das Demonstrações Financeiras

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada em 24/02/2022 pelo liquidante nomeado em AGE realizada em 11 de fevereiro de 2021 e reconduzido por AGE realizada em 1º de fevereiro de 2022.

2 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos e exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras intermediárias.

a. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia (Real) pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado. Itens não monetários que sejam

medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio apurada na data da transação.

b. Instrumentos financeiros

i. Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos:

Caixa e equivalentes de caixa, que correspondem aos limites de saque da Conta Única do Tesouro Nacional, estabelecidos pelo órgão central de programação financeira. Esses recursos são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

ii. Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os passivos financeiros inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada (s), cancelada (s) ou vencida (s).

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e adiantamento do Tesouro Nacional.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia avaliou o efeito de ajuste a valor presente (AVP) sobre saldos de ativos e passivos e não identificou valores materiais a serem ajustados.

iii. Capital social

O capital social é formado exclusivamente por ações ordinárias nominativas e sem valor nominal de propriedade da União Federal.

c. Estoque

São mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os impostos por ventura não recuperáveis, custos de transportes e demais custos necessários para trazer os estoques às suas condições atuais.

d. Despesas antecipadas

As despesas antecipadas são registradas pelo seu custo original de acordo com os prazos de vigência dos respectivos contratos relacionados. As despesas correspondentes são reconhecidas no resultado do exercício de acordo com o princípio de competência.

e. Imobilizado

i. Reconhecimento e mensuração

1 - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação ou despesa com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas ou despesas operacionais no resultado.

2 – Instituiu-se Comissão Interna de Avaliação dos Bens Patrimoniais, através da Portaria nº 54 de 17/11/2020 e de nº 34 de 25 de junho de 2021, em atendimento ao § 3º artigo 183 da Lei 6.404/1976, NBC TG 01 (R4) e NBC TSP 07, no âmbito do CEITEC S.A, com objetivo de atualizar e/ou avaliar os bens patrimoniais, cujos trabalhos foram concluídos dentro do prazo previsto na portaria, não apresentando alterações significativas em relação ao exercício anterior.

ii. Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

iii. Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente do imobilizado. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. Terrenos não são depreciados.

f. Intangível

1 - Pesquisa e desenvolvimento

Os dispêndios em Projetos P&D durante a fase de pesquisa, são registrados como despesas quando incorridos.

Após a conclusão dos estudos, atendendo a todos os critérios estabelecidos na NBC TG 04, ou seja, viabilidade técnica para concluir o ativo intangível registrado, de forma que ele seja disponibilizado para uso ou venda, intenção de concluir o ativo intangível e de usá-lo ou vendê-lo, base técnica que demonstre de forma confiável a capacidade de gerar benefícios econômicos futuros, entre outros aspectos estudos que demonstrem a existência de mercado para os produtos do ativo intangível ou para o próprio ativo intangível ou, caso este se destine ao uso interno, a sua utilidade.

Os gastos de desenvolvimento capitalizados serão mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável.

2 – Adequações às Normas Internacionais (IFRS)

O CEITEC atendeu plenamente às práticas contábeis no que concerne a convergência e harmonização das normas contábeis brasileiras com o padrão contábil internacional (International Financial Reporting Standards – IFRS).

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda econômica do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizados por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratados como mudança de estimativas contábeis.

3 – Programas de computador (softwares)

Licenças adquiridas de programas de computador (softwares) são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada, pelas taxas descritas na nota explicativa nº 8.

4 – Amortização

Amortização é calculada de forma linear, considerando a vida útil estimada ou o prazo contratual de uso da licença, no caso de softwares. Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.

g. Arrendamento mercantil

Pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento operacional são reconhecidos como despesas na demonstração de resultados em bases lineares pelo prazo do contrato de arrendamento.

h. Reconhecimento da receita de subvenções para custeio/investimento

A Companhia é uma empresa pública dependente nos termos da Lei Complementar 101/2000. Sua receita é constituída por recursos financeiros recebidos do Tesouro Nacional para as despesas de pessoal e custeio devidamente empenhadas e por receitas próprias. Os recursos recebidos pela Companhia destinados ao pagamento de aquisições de ativos e outros itens de investimento estão demonstrados no balanço patrimonial à conta de “recursos destinados ao aumento de capital”.

Os valores destinados pelo Tesouro Nacional por meio de execução orçamentária são reconhecidos no resultado de acordo com a fase de liquidação das despesas empenhadas.

i. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

j. Receitas financeiras e despesas financeiras

A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

k. Imposto de renda e contribuição social

Não existem saldos de imposto de renda e contribuição social apurados para o período, devido aos prejuízos fiscais apresentados, até então, em virtude do perfil e ramo de atuação, se semicondutores, os quais exigem longo tempo de maturação até começar a apresentar resultados positivos. Por este motivo, a companhia encontra-se ainda dependente de recursos do orçamento da União, em que pese a evolução apresentada, mas ainda insuficiente para a reversão integral.

l. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo exercício. Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, o resultado por ação diluído e básico foram de R\$ 42,05 e R\$ (99,12) respectivamente, pois não existem instrumentos financeiros com direito a conversibilidade em ações.

3 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2021	31/12/2020
Fundo Fixo	-	-
Aplicação Financeira – BB	753	4.616
Limite de saque - Conta única do Tesouro Nacional	19.970	2.831
	<u>20.723</u>	<u>7.447</u>

A aplicação financeira junto ao Banco do Brasil S.A. registra os montantes oriundos da fonte de recursos próprios do orçamento, deduzidos das despesas empenhadas para pagamento nessa fonte de recursos, conforme disponibilidade orçamentária.

O limite de saque – conta única do Tesouro Nacional mantido no Banco Central do Brasil, é utilizado para registrar a movimentação dos recursos financeiros da Companhia junto ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, por meio de termo de cooperação técnica firmado com a Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

Até 31/12/2017 os saldos das contas de Limite de Saque (Conta Única do Tesouro Nacional) registradas no Ativo Circulante, e dos Recursos Liberados, conta de Passivo Circulante detinham saldos idênticos, pois registravam todas as movimentações das fontes com contrapartida nas contas de subvenção e Adiantamento para Futuro Aumento de Capital. Porém a partir de janeiro de 2018, alguns critérios de contabilização foram modificados para melhor adequação à regra de Aumento de Capital, sendo contabilizados os valores a título de adiantamento para futuro aumento de capital, não conciliando mais os saldos destas contas, conforme demonstrado:

	31/12/2021
Saldo em 31/12/2020	3.881
Entradas de Recursos (Conta Única do Tesouro Nacional)	55.080
Pagamentos efetuados (Conta Única do Tesouro Nacional)	<u>(56.449)</u>
Saldo em 31/12/2021 – Recursos Liberados	<u><u>2.512</u></u>

	31/12/2020
Saldo em 31/12/2019	2.858
Entradas de Recursos (Conta Única do Tesouro Nacional)	58.791
Pagamentos efetuados (Conta Única do Tesouro Nacional)	<u>(57.768)</u>
Saldo em 31/12/2020 – Recursos Liberados	<u><u>3.881</u></u>

4 Contas a Receber – Clientes

	31/12/2021	31/12/2020
Clientes Nacionais	6.605	2.003
	<u>6.605</u>	<u>2.003</u>

Idade de vencimento dos títulos em aberto:

	31/12/2021	31/12/2020
Créditos a vencer	6.557	322
Créditos vencidos de 0 a 60 dias	48	1.580
Créditos vencidos de 60 a 180 dias	-	94
Créditos vencidos há mais de 180 dias	-	7
	<u>6.605</u>	<u>2.003</u>

5 Estoque

	31/12/2021	31/12/2020
Produto Acabado	351	649
Material Meio Auxiliar de Produção	4.050	4.947
Material de Embalagem	132	158
Matéria-Prima	2.492	3.121
Alteração de Estoque	(17)	-
Semi-Acabado	703	864
Materiais de Consumo	702	765
Peças de Reposição	6.235	6.192
	<u>14.648</u>	<u>16.696</u>

O saldo nos estoques em 31/12/2021 reflete o incremento das vendas ocorridas nesse período.

6 Depósitos Judiciais

A empresa registra em conta do Ativo Não Circulante – Realizável a Longo Prazo, os depósitos recursais relativos aos processos jurídicos, (Nota 14) como garantia financeira do valor a pagar, que após o trânsito em julgado poderá ser levantado pela parte da empresa, e caso a condenação seja favorável ao reclamante terá sua finalidade consumada. Também registrados os depósitos judiciais que tratam do pagamento oficial do valor devido ou condenatório, conforme relacionado no quadro abaixo:

	31/12/2021	31/12/2020
Depósitos Recursais	2.293	2.322
Depósito Judicial Consig. Pagto.		
Tributos RFB	702	-
Depósito Judicial Pagto. Condenação	1.303	-
	<u>4.298</u>	<u>2.322</u>

7 Tributos a recuperar

Refere-se a créditos relacionados aos tributos incidentes quando da aquisição de insumos para fabricação, ativos imobilizados e intangíveis (ICMS, IPI, PIS e COFINS).

	31/12/2021	31/12/2020
Imposto de Importação	1	1
IRRF	118	118
ICMS	3.462	3.542
IPI a compensar	6	250
PIS a compensar	1.275	1.516
COFINS a compensar	5.830	6.983
Retenções Venda Órgão público	45	22
INSS a compensar	262	262
ISSQN a recuperar	1	21
	<u>11.000</u>	<u>12.715</u>
Circulante	870	2.282
Não circulante	10.130	10.433

A empresa é habilitada junto à Receita Federal no Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores (PADIS) desde 2011 (Ato Declaratório Executivo da Receita Federal nº 1, de 12/01/2011). Em função disso, ao longo dos anos, houve a constituição de créditos tributários que periodicamente são objeto de solicitação de restituições/compensações junto à Receita Federal.

Em 2020 foram protocolados pedidos de ressarcimentos/compensações de créditos tributários referentes a PIS e COFINS, oriundos do exercício de 2016, afim de evitar-se a prescrição desses créditos. Entre 01/09/2020 e 31/12/2020 foram ressarcidos R\$ 932 e em 20/01/2021 foi ressarcido o montante de R\$ 304 de créditos de PIS e COFINS oriundos de 2016.

Conforme informado na Nota 30 foi contratada empresa especializada para verificação e emissão de pareceres referentes aos valores registrados em tributos a recuperar, visando a compensação e/ou restituição desses créditos tributários.

8 Despesas Antecipadas

	31/12/2021	31/12/2020
Locação Programas/Software	15	560
Circulante	<u>15</u>	<u>560</u>

9 Imobilizado

Composição do saldo

	Imóvel	Benfei- torias	Instalações	Máquinas e Equipa- mentos	Móveis e Utensílios	Ferramenta s	Adto a fornecedore s	Total do Imobilizado
Em 31/12/2019	34.445	0	3.106	49.525	887	427	12	88.402
Aquisições	-	61	-	5.447	2	30	-	5.540
Depreciações	(1.640)	(7)	(621)	(10.084)	(280)	(87)	-	(12.719)
Em 31/12/2020	32.805	54	2.485	44.888	609	370	12	81.223
Aquisições	-	26	-	488	-	8	-	522
Depreciações	(1.640)	(22)	(582)	(10.376)	(218)	(78)	-	(12.916)
Em 31/12/2021	31.165	58	1.903	35.000	391	300	12	68.829
Taxas anuais de depreciação - %	4%	4%	de 5,5 a 48%	de 5,5 a 48%	de 5,5 a 48%	10%		

a. Custo atribuído (deemed cost)

A Companhia apurou e registrou no exercício de 2014 o Custo atribuído (Deemed Cost) do ativo imobilizado tendo contratado empresa especializada UNISIS Administração Patrimonial Ltda. para preparação de laudo necessário para suporte dos registros contábeis, sendo objeto desta avaliação a totalidade dos ativos registrados no imobilizado.

Os custos atribuídos naquela data foram reconhecidos em conta de “Ajustes de Avaliação Patrimonial” no Patrimônio Líquido e estão sendo amortizados mensalmente em contrapartida as depreciações do exercício, conforme demonstrado (Nota 16).

b. Terreno e imóvel utilizados pela Companhia

O governo Federal realizou os investimentos na construção das instalações utilizadas pela Companhia. Grande parte destes investimentos foi realizada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) na construção da unidade sede e parque fabril. Está sendo viabilizada junto ao MCTI a transferência da titularidade dos investimentos para o CEITEC, que atualmente pertencem ao referido Ministério. Com relação ao terreno que é de propriedade da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, a empresa possui Termo de Cessão de Uso a Título Gratuito por 60 anos, renováveis por mais cinco anos a contar de 3 de agosto de 2004. Em cumprimento à determinação do Acórdão do Tribunal de Contas da União - TCU nº 2.061/2021, Plenário 01 de setembro de 2021, que suspendeu todas as atividades vinculadas ao processo de liquidação, por parte do CEITEC, não haverá tratativas sobre o tema até a decisão contrária da Corte.

c. Máquinas e equipamentos

Parte das máquinas e equipamentos utilizados pela Companhia foi cedido a título gratuito (doação) pela empresa Motorola do Brasil S.A. para o Estado do Rio Grande do Sul, com o encargo de condicionar o uso pelos laboratórios da Associação Civil Centro de Excelência em Tecnologia Eletrônica Avançada - CEITEC. Posteriormente o Estado do Rio Grande do Sul, por

meio da Secretaria da Ciência e Tecnologia, efetivou a doação dos referidos equipamentos à União, representada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, ficando a referida Associação com a guarda provisória dos bens até o momento em que ocorreu a sub-rogação legal do acervo à Companhia.

10 Intangível

Os ativos intangíveis reconhecidos até então, referem-se aos direitos de uso de softwares relacionados à área industrial e ao licenciamento de estudos técnicos e projetos de radiofrequência realizados pela Companhia.

Os projetos industriais desenvolvidos pela Companhia contam com vários já concluídos e com pedido de registro no INPI – Instituto Nacional da Propriedade Industrial. Por isso todos os dispêndios relacionados a estes vinham sendo até então registrados diretamente no resultado. Considerando o cumprimento dos critérios estabelecidos ao NBC TG 04 (R4), a partir do 3º trimestre de 2020 passamos a registrar como Ativo Intangível os gastos com desenvolvimento dos projetos em andamento, no montante de R\$ 5.368 (cinco milhões, trezentos e sessenta e oito mil reais). Ao final de 2020, em 31 de dezembro esse montante totalizava o valor de R\$ 6.793 (seis milhões, setecentos e noventa e três mil reais) e em 30 de junho de 2021 o montante totalizou o valor de R\$ 8.947 (oito milhões, novecentos e quarenta e sete mil reais).

A partir do terceiro trimestre de 2021 não foram mais computados dispêndio/investimento em intangível (desenvolvimento de produtos) tendo em vista o estágio do processo de liquidação e a exoneração de praticamente a totalidade do pessoal que atuava no desenvolvimento de produtos neste período. Em função destes fatores, aliado à perda da perspectiva de realização de ganhos econômicos futuros e à falta de previsão orçamentária em investimentos para conclusão dos projetos, e tendo como suporte parecer técnico da área responsável, foi realizada a baixa em sua totalidade do valor registrado sob a denominação de “Projetos em Desenvolvimento” para conta de resultado, impactando o mesmo em R\$ (8.947) (oito milhões, novecentos e quarenta e sete mil reais).

Destaca-se que, nos termos da NBC TG 01 (R4) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a entidade deve avaliar, ao término de cada período de reporte, se há alguma indicação de que a perda por desvalorização reconhecida em períodos anteriores para um ativo, exceto o ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill), possa não mais existir ou ter diminuído. Se existir alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável desse ativo e reverter a perda anteriormente reconhecida.

Dessa forma, em eventual decisão pela retomada das atividades da empresa, deverá ser avaliado a reversão registrada, nos termos da NBC TG 01 (R4).

Todos os projetos desenvolvidos pela Associação Civil Centro de Excelência em Tecnologia Eletrônica Avançada financiados com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) se encontram finalizados e obtiveram as devidas prestações de contas aprovadas.

Os projetos referidos são relativos às seguintes áreas: rastreabilidade bovina; modulador da TV Digital; projeto Altus; e circuito integrado específico para uso nas soluções de automação industrial.

	Direitos de uso softwares	Marcas e patentes	Projetos em Desenvolvimento	Total do Intangível
Em 31/12/2019	8.062	413	-	8.475
Aquisições	-	-	-	-
Reconhecimento	-	-	6.793	6.793
Amortização	(931)	-	-	(931)
Em 31/12/2020	7.131	413	6.793	14.337
Aquisições	-	-	-	-
Reconhecimento	-	-	2.154	2.154
Amortização	(804)	-	-	(804)
Baixa	-	-	(8.947)	(8.947)
Em 31/12/2021	6.327	413	-	6.740

11 Fornecedores

	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedor Nacional	-	238
Fornecedor Exterior	-	322
	-	560
Circulante	-	560

A exposição da Companhia a riscos de moeda e liquidez relacionados a contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar é divulgada na nota explicativa nº 25.

12 Obrigações e provisões tributárias

	31/12/2021	31/12/2020
IRRF a Recolher	-	1
INSS a Recolher	49	36
IPI a Recolher	124	-
ICMS a Recolher	650	-
Tributos Importação/Retenções	-	10
	823	47
Circulante	823	47

13 Obrigações e provisões trabalhistas

	31/12/2021	31/12/2020
Rescisões a Pagar	2	-
Provisão para férias	1.580	3.552
Provisão INSS s/ férias	429	959
Provisão FGTS s/ férias	126	284
INSS a recolher	1.064	741
Desconto Taxa Ocupação Imóvel Funcional	1	1
	<u>3.202</u>	<u>5.537</u>
Circulante	<u>3.202</u>	<u>5.537</u>

A redução nas rubricas de 13º salário, férias e encargos são reflexos das exonerações ocorridas nos meses de maio e julho de 2021. Em 31/12/2021 a empresa registrava 77 funcionários e em 31/12/2020 a empresa possuía um total de 179 funcionários.

Sobre o aumento da rubrica de INSS a recolher informamos tratar-se do valor de R\$ 702 mil depositado judicialmente conforme descrito na NE nº 6 Depósitos Recursais/Judiciais que aguarda o levantamento judicial para encontro de contas.

14 Contingências

A Administração da Companhia, com base na opinião da Superintendência Jurídica, constituiu provisão contábil de R\$ 3.682 (três milhões, seiscentos e oitenta e dois mil reais) os quais estão avaliados com chance de perda *provável*. Por sua vez, o montante de R\$ 6.980 (seis milhões, e novecentos e oitenta mil reais) refere-se aos valores classificados com probabilidade de sucumbência *possível*. A seguir demonstramos o montante por natureza:

Natureza	Classificação	31/12/2021	31/12/2020
Trabalhista/Cíveis	Provável	3.682	7.729
Trabalhista/Cíveis	Possível	6.980	3.649
Trabalhista/Cíveis	Remota	2.845	286

A movimentação das provisões de contingências do período, demonstramos a seguir:

Natureza	Classificação	31/12/2021	31/12/2020
Trabalhista/Cíveis	Provável		
Saldo Inicial		7.729	6.255
(+) Adições		20	1.601
(-) Baixa por Reversão		(4.067)	(127)
Saldo Contingência		3.682	7.729

Inicialmente, deve ser destacado que foi utilizada, para a apuração de riscos ora apresentada, como já vinha sendo feito em exercícios anteriores, a metodologia NBC TG 25 que determina a divisão dos riscos de acordo com a sua probabilidade de redundar em saída de recursos para liquidação da obrigação.

Com base no Pronunciamento Técnico CPC 25, esta CONJUR reconheceu como valores a PROVISIONAR aqueles em relação aos quais será provável a necessidade de “saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação”. No que concerne a tais valores, foi feita uma estimativa de resultados, que ainda conforme a própria norma acima citada corresponde ao “valor que a entidade racionalmente pagaria para liquidar a obrigação na data do balanço”.

Importante destacar que, para a apuração detalhada requerida pela equipe de Auditoria Externa, esta CONJUR utilizou-se das informações processuais disponíveis no momento. Algumas ações judiciais encontram-se em fase recursal, porém, segundo a avaliação desta equipe jurídica

(alicerçada no exame da jurisprudência e de casos similares), o risco de dispêndio financeiro é elevado, razão pela qual são reconhecidas como provisões.

Os valores considerados, portanto, decorrem de avaliação feita sobre a condenação provisória (determinada em sentença ou acórdão), ou, ainda, do montante homologado em sede de liquidação ou cobrado em execução de sentença.

A Companhia considerou como valores que compõem o PASSIVO CONTINGENTE aqueles decorrentes de “obrigações” em relação às quais não se tem certeza se haverá risco de dispêndio financeiro futuro (conforme Pronunciamento Técnico CPC 25, item 13, (b), (i)). Tratam-se de ações judiciais em fase processual inicial, em relação às quais não se pode fazer nenhuma “estimativa confiável” (termo adotado conforme descrito no item 26 do Pronunciamento Técnico CPC 25), o valor da condenação em caso de eventual sucumbência. Para apurar os valores do eventual débito judicial, adotou-se como critério a utilização do valor da causa apresentado na Petição Inicial, por ser esta a “evidência disponível” para o alcance do valor aproximado.

Em relação aos riscos considerados REMOTOS, foram computadas as ações cujas chances de saída de recursos financeiros sejam improváveis ou inexistentes. São ações em fase final, cuja dívida já esteja integralmente paga e homologado o pagamento pelo Juízo, com reconhecimento do fim da execução sem registro de dívidas de saldo remanescente, culminando em risco de reversão ínfimo ou, ainda, que estejam apenas aguardando o despacho de arquivamento definitivo.

Por derradeiro, necessário destacar que o montante final do passivo judicial estimado para as três “categorias” de risco (PROVISÕES, PASSIVO CONTINGENTE E REMOTOS) sofreu alteração, haja vista a alteração dos critérios de detalhamento, bem como pela alteração no critério de atualização de valores, inclusão de novas ações e incidência dos índices de correção monetária.

15 Capital Social

O Capital Social em 31/12/2021 corresponde ao valor de R\$ 126.300 (cento e vinte e seis milhões e trezentos mil reais) divididos em 42.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, mantendo a situação de 31/12/2020 e de 31/12/2019. Em 31/12/2018 o Capital Social era de R\$ 151.891 (Cento e cinquenta e um milhões, oitocentos e noventa e um mil reais).

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 26 de abril de 2019, ocorreu a elevação do capital social pela integralização do montante de R\$ 8.829 (oito milhões, oitocentos e vinte e nove mil reais) e redução do capital social com os valores de prejuízos acumulados até 31/12/2017 no valor de R\$ 34.420 (trinta e quatro milhões, quatrocentos e vinte mil reais), a seguir demonstrados:

Exercício	AFAC Integralizado Principal	AFAC Integralizado Atualização SELIC	Redução com Prejuízos Acumulados até 31/12/2016	Redução com Prejuízos Acumulados até 31/12/2017	Capital Integralizado
Lei de Criação	-	-	-	-	42.000
2017	114.227	80.101	-	-	236.328
2018	23.787	9.521	(117.745)	-	151.891
2019	5.998	2.831	-	(34.420)	126.300
2020	-	-	-	-	126.300
2021	-	-	-	-	126.300

16 Ajuste de Avaliação Patrimonial

Realização através da depreciação nos exercícios:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo Inicial Ajuste Avaliação Patrimonial – PL	14.671	16.760
Saldo Final Ajuste Avaliação Patrimonial – PL	12.582	14.671
Valor Realizado pela Depreciação	2.089	2.089

17 Recursos destinados ao aumento de capital

Conforme descrito na nota explicativa nº 2 (item h), corresponde aos recursos recebidos da União para investimentos e futuro aumento do Capital Social na Companhia. Para o ano de 2020, não foram registrados valores para capitalização. Capitalizamos o montante de R\$ 8.829 (oito milhões, oitocentos e vinte e nove mil reais), correspondente a valor principal e atualização Selic até a data da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de abril de 2019, para os valores residuais de recursos recebidos até 31/12/2017.

Os recursos recebidos de Subvenção para investimento, Adiantamento para Futuro Aumento de Capital- AFAC, a partir de 01/01/2017, passaram a ser contabilizado em conta de Patrimônio Líquido, não incorrendo mais atualização Selic conforme Decreto 2.673/98, artigo 2º, parágrafo único (incluído pelo Decreto nº 8.945 de 2016). O saldo em 31/12/2021 corresponde ao valor de R\$ 7.815 (sete milhões, oitocentos e quinze mil reais), assim demonstrados:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo Inicial	7.303	4.187
Incremento – Subvenção Investimento	512	3.956
Devolução AFAC	-	(840)
Saldo AFAC – Adiantamento para futuro Aumento de Capital (Saldo Final) – Conta Patrimônio Líquido	7.815	7.303

18 Receita Líquida

	31/12/2021	31/12/2020
Receita Bruta		
Venda Produtos Mercado Interno	24.180	11.491
(-) IPI Faturado	(563)	(206)
Industrialização por Encomenda	-	35
Serviços Prestados	15	693
	23.632	12.013
Deduções		
Impostos	(5.050)	(2.331)
Devoluções e Abatimentos	(203)	-
Receita Líquida de vendas	18.379	9.682

19 Custos dos Produtos e Serviços Vendidos

	31/12/2021	31/12/2020
Custos Produtos Vendidos	(3.299)	(1.640)
Custos Industrialização por Encomenda	(11)	(15)
Custos Serviços prestados	(5)	(525)
Total	(3.315)	(2.180)

Informamos que em atenção ao objeto das ressalvas apontadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 relacionadas à gestão de custos, a Diretoria Executiva efetuou a contratação de empresa especializada, para auxiliar o CEITEC na avaliação, diagnóstico, ajustes e aperfeiçoamentos que se fizessem necessários nos processos dos custos dos produtos vendidos.

Com o início do processo de dissolução societária da Companhia em 11 de fevereiro de 2021, seguindo as ações do 1º Plano de Trabalho da liquidação aprovado pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST/ME ocorreu a descontinuidade das atividades operacionais, conseqüentemente, a não implantação das melhorias do sistema de custeio. Caso a decisão do Tribunal de Contas da União referente ao Acórdão TCU 2.061/2021 – Plenário 01 de setembro de 2021 seja pela não continuidade da liquidação do CEITEC, o tema será reavaliado.

20 Despesas com pessoal

	31/12/2021	31/12/2020
Salários	(19.236)	(26.051)
Encargos sociais	(9.244)	(8.961)
Benefícios	(3.110)	(1.515)
	(31.590)	(36.527)

21 Despesas gerais e administrativas

	31/12/2021	31/12/2020
Materiais de consumo	(5.314)	(3.717)
Serviços de Terceiros	(5.127)	(5.519)
Serviços Profissionais Técnicos	(1.264)	(1.293)
Assistência técnica e suporte	-	(613)
Depreciação e amortização	(13.072)	(13.036)
Manutenções	(832)	(602)
Energia elétrica	(4.128)	(3.314)
Água e esgoto	(297)	(728)
Diárias e passagens	(26)	(63)
Seguros	(265)	(252)
Anúncios e publicações	-	(31)
Impostos e taxas	(105)	(205)
Outros	(669)	(48)
	(31.099)	(29.421)

22 Honorários dos Administradores

O montante de remuneração pago pela companhia a seus conselheiros e aos administradores, está demonstrado a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Honorários da diretoria	(609)	(1.334)
Honorários dos conselheiros	(204)	(412)
Encargos sociais	(201)	(417)
	<u>(1.014)</u>	<u>(2.163)</u>

A redução dos valores pagos de honorários dos administradores demonstrados em 31/12/2021, refere-se à extinção do conselho de administração e diretorias dada pela AGE de 11 de fevereiro/2021, representando assim nos meses seguintes, somente o liquidante e conselho fiscal.

23 Outras despesas (receitas) Operacionais

	31/12/2021	31/12/2020
Subvenções p/custeio	55.280	57.768
	<u>55.280</u>	<u>57.768</u>

24 Resultado financeiro

	31/12/2021	31/12/2020
Variação cambial passiva	(51)	(194)
Multas e juros de mora	(75)	(25)
IOF	(3)	(4)
Outras despesas financeiras	(5)	(51)
Total da Despesa	<u>(134)</u>	<u>(274)</u>
Variação cambial ativa (*)	74	345
Descontos obtidos/Multas/Juros recebidas	-	13
Rendimentos de Aplicação Financeira	14	67
Multas recebidas	58	-
Juros e descontos obtidos	13	-
Total da Receita	<u>159</u>	<u>425</u>
	<u>25</u>	<u>151</u>

(*) As variações cambiais refletem os impactos das variações de preços na moeda Dólar Norte Americano.

25 Instrumentos financeiros

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a. Risco de crédito
- b. Risco de liquidez
- c. Risco de mercado

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia.

Estrutura do gerenciamento de risco

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas caso uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco de crédito está relacionado principalmente aos valores recebíveis do Tesouro Nacional.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras era:

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e equivalentes de caixa	20.723	7.447

Os montantes acima são todos decorrentes de contrapartes no mercado interno e não há saldos em atraso.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia constantemente monitora suas exigências de fluxo de caixa operacional e busca aumentar o seu retorno de caixa sobre investimentos. A Companhia garante que possui limite de saldo em tesouraria suficiente para superar sua necessidade de capital de giro operacional, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

Além disso, a Companhia recebe do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação montantes para o pagamento das contas a pagar, com a natureza de doação. A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

31 de dezembro de 2019	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	12 meses	2 anos	3 anos	Mais de 3 anos
Passivos financeiros não derivativos						
Adiantamentos do Tesouro Nacional	2.858	2.858	2.858	-	-	-
Fornecedores	<u>340</u>	<u>340</u>	<u>340</u>	-	-	-
Total	3.198	3.198	3.198	-	-	-

31 de dezembro de 2020	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	12 meses	2 anos	3 anos	Mais de 3 anos
Passivos financeiros não derivativos						
Adiantamentos do Tesouro Nacional	3.881	3.881	3.881	-	-	-
Fornecedores	<u>560</u>	<u>560</u>	<u>560</u>	-	-	-
Total	4.441	4.441	4.441	-	-	-

31 de dezembro de 2021	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	12 meses	2 anos	3 anos	Mais de 3 anos
Passivos financeiros não derivativos						
Adiantamentos do Tesouro Nacional	2.512	2.512	2.512	-	-	-
Fornecedores	=	=	=	-	-	-
Total	2.512	2.512	2.512	-	-	-

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros, impactem nos ganhos da Companhia. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições aos riscos, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo aumentar o retorno.

Com a entrada da empresa em liquidação e descontinuidade das atividades operacionais, não está mais exposta aos riscos de mercado e competitividade.

Risco da taxa de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia principalmente para a aquisição de produtos e serviços.

A Companhia não contrata instrumentos financeiros derivativos para se proteger de risco de taxa de câmbio.

Com relação a ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, a Companhia procura manter sua exposição líquida a um nível aceitável.

Exposição a moeda estrangeira

A exposição da Companhia ao risco de moeda estrangeira (Dólar norte-americano) corresponde aos valores empenhados de fornecedores do mercado externo. Os montantes correspondentes a esta exposição foram de:

	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores do mercado externo	-	662
Equivalente em moeda estrangeira (US\$)	-	127

Em uma simulação de estresse cambial, ou seja, adotando-se uma variação da cotação da moeda americana de três desvios padrão em relação à média histórica dos últimos 12 meses o impacto cambial em 31/12/2020 cambial foi de R\$ 4 (quatro mil reais) e em 31/12/2021 não houve impacto cambial.

Valor justo

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	31/12/2021		31/12/2020	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	20.723	20.723	7.447	7.447
Adiantamento do Tesouro Nacional	2.512	2.512	3.881	3.881
Fornecedores	-	-	560	560

A Companhia considera que, devido aos prazos e à natureza dos saldos relativos aos instrumentos financeiros acima demonstrados, o valor contábil reflete substancialmente o valor justo em cada data-base.

26 Partes relacionadas

A Companhia é controlada pela União Federal e os valores em aberto com sua controladora decorrem dos repasses recebidos e a receber pelo Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) do Governo Federal.

As operações com partes relacionadas estão sintetizadas no quadro abaixo:

Com a União Federal	31/12/2021	31/12/2020
Ativo circulante e não circulante		
Caixa e equivalente a caixa	20.723	7.447
Passivo circulante e não circulante		
Adiantamento do Tesouro Nacional	2.512	3.881
	31/12/2021	31/12/2020
Receita - Subvenções para custeio	55.280	57.768
Honorários dos administradores	(1.014)	(2.163)

27 Seguros

Os bens, interesses e responsabilidades estão segurados por valores que a Administração considerou suficientes para cobertura de eventuais sinistros. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

Contrato com Zurich Minas Brasil Seguros S.A. com vigência de 19/12/2021 a 18/12/2022, conforme a apólice de seguros:

Cobertura	Importâncias Seguradas
Danos materiais	184.234
Responsabilidade Civil	2.800

28 Remuneração dos empregados e Administradores

Atendendo à Resolução CGPAR nº 03 de 31 de dezembro de 2010 informamos a média salarial e a remuneração, vantagens e benefícios dos empregados e administradores. Vide quadro abaixo:

Em 2021	Maior remuneração	Menor remuneração
Empregados	28	3
Administradores	29	3
Salário médio dos empregados	9	-
Salário médio dos administradores	9	-

Em 2020	Maior remuneração	Menor remuneração
Empregados	28	<u>3</u>
Administradores	<u>29</u>	<u>3</u>
Salário médio dos empregados	<u>9</u>	-
Salário médio dos administradores	<u>8</u>	-

29 Conciliação das Demonstrações Contábeis com Base na Lei nº 6.404/76 e Lei nº 4.320/64 - SIAFI

O CEITEC é uma empresa pública, de capital fechado, sujeita às disposições da Lei nº 6.404/76 e as mudanças impostas pela Lei 11.638/07 para fins contábeis e societários. Estatal dependente, vinculada ao Governo federal, que por determinação legal, utiliza o Sistema de administração Financeira Federal (SIAFI), modalidade para registro de toda sua execução orçamentária, financeira e patrimonial.

A escrituração contábil segundo a Lei nº 6.404/76 não contempla todas as necessidades de registros que a Lei nº 4.320/64 exige, seja em nomenclatura, em função da conta, entre circulante e não circulante, bem como em função dos Recursos a Receber e/ou Recursos Diferidos e Registro de Restos a Pagar referente ao orçamento do exercício findo.

A seguir, demonstramos os valores do exercício 2020 que compõem a forma de contabilização em cada uma das leis mencionadas, esclarecendo a origem das diferenças apontadas, sendo que tais diferenças de valores se referem a registros e apropriações necessárias para atender a cada uma das referidas Leis.

As diferenças apontadas em alguns casos referem-se ao pouco tempo disponível para os registros de ajustes contábeis disponibilizado pelos órgãos superiores para fechamento da contabilidade pública, que tem por base o SIAFI, enquanto a contabilidade societária permite uma flexibilização maior nos prazos de fechamento, o que possibilita uma melhor conciliação e conferência dos registros efetuados.

(Valores expressos em milhares de reais)	Saldo Societário	Saldo SIAF	Diferença
ATIVO			
ATIVO CIRCULANTE	43.201	54.741	(11.540)
ATIVO NÃO CIRCULANTE	89.997	98.788	(8.791)
Realização longo Prazo	14.428	5.146	9.282
Imobilizado	68.829	84.282	(15.453)
Intangível	6.740	9.360	(2.620)
TOTAL ATIVO	133.198	153.529	(20.331)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PASSIVO CIRCULANTE	6.537	3.097	3.440
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	3.682	7.729	(4.047)
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	122.979	138.425	(15.446)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	1.766	4.278	
TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO	133.198	149.251	(16.053)

Ativo Circulante – Descrição	Valor	Nota
Banco Conta Movimento	(575)	(a)
Caixa ou Equivalentes de Caixa	(780)	(b)
Clientes	6.605	(b)
Estoques	(271)	(b)
Adiantamento a empregado e fornecedores	(4.938)	(b)
Créditos Tributários	(11.596)	(c)
Despesas antecipadas	15	(b)
	(11.540)	

Ativo Não Circulante - Descrição	Valor	Nota
Depósitos Judiciais	(848)	(b)
Créditos Tributários	10.130	
Imobilizado	(15.453)	(b/d)
Intangível	(2.620)	(b/d)
	(8.791)	

Passivo Circulante - Descrição	Valor	Nota
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	269	(b)
Obrigações e provisões tributárias	659	(b)
Adiantamento de Tesouro Nacional	2.512	(e)
	3.440	

Passivo Não Circulante - Descrição	Valor	Nota
Contingência trabalhista	(4.047)	(b)
	(4.047)	

Patrimônio Líquido - Descrição	Valor	Nota
Ajuste de avaliação patrimonial	(7.425)	(b)
Prejuízos acumulados	(8.021)	(f)
	(15.446)	

- a) Diferença de critério entre o balanço Societário e o Siafi apurado na conta depósitos e cauções para atendimento da Lei das Sociedades Anônimas;
- b) Diferença de saldo apurado por conciliação, efetuada após a data de fechamento do SIAFI;

- c) Diferença decorrente da transferência entre o circulante e o não circulante para atender à Lei das Sociedades Anônimas;
- d) Contabilizado Ajuste de Avaliação patrimonial conforme Notas Explicativas nº 08 e 09 conforme laudo de avaliação;
- e) Valor contabilizado em adiantamento do tesouro nacional em atendimento à contabilidade societária;
- f) Valor apurado no resultado entre o sistema da contabilidade societária e contabilidade pública.

30 Levantamento e Precificação dos Ativos

a. Estoques

Em 09 de junho de 2021 foi constituída a Comissão de Inventário Geral de Estoque por meio da Portaria CEITEC nº 29, que designou: Presidente da Comissão, Coordenador e Supervisor, Equipe de Contagem e Equipe de Apoio. A Comissão teve os seus trabalhos pautados ao disposto no Procedimento Operacional nº 3.230.015 – R02 – Inventário de Materiais, de 08 de março de 2021.

A Comissão de Inventário Geral de Estoque teve, inicialmente, prazo de conclusão dos seus trabalhos, previsto para 30 de junho de 2021. Em 01 de julho de 2021, através da Portaria CEITEC nº 35, a Comissão teve o prazo de conclusão dos seus trabalhos prorrogados por 15 dias. Os trabalhos foram concluídos pela Comissão dentro do prazo prorrogado.

b. Imobilizado

Na sequência, no dia 25 de junho de 2021, foi instituída a Comissão Interna de Avaliação dos Bens Patrimoniais, através da Portaria CEITEC nº 34, em atendimento ao § 3º artigo 183 da Lei 6.404/1976, NBC TG 01 (R4) e NBC TSP 07. O prazo de conclusão dos trabalhos da Comissão ficou estabelecido até o dia 31 de julho de 2021, sendo concluídos os trabalhos dentro do prazo previsto.

Em continuidade do trabalho de levantamento e precificação dos ativos, no dia 29 de julho, foi publicado no Diário Oficial da União o aviso de licitação referente ao Pregão Eletrônico (PE) nº 8/2021, cujo objeto é: contratação de empresa especializada para a realização de avaliação patrimonial de todos os ativos imobilizados, bens moveis e estoques, localizados nas dependências CEITEC em liquidação, localizada em Porto Alegre/RS, incluindo avaliações atualizadas, depreciações, organização e adequação à legislação vigente.

No dia 16 de agosto de 2021 foi homologado o PE nº 8/2021 e a empresa Tozzi Serviços de Soluções Patrimoniais Ltda foi a vencedora do Certame. Conforme disposições contratuais, a empresa tem o prazo de execução dos serviços, com entrega dos relatórios em 30 dias.

No dia 22 de outubro de 2021, foi firmado o primeiro termo aditivo ao contrato nº 026/2021 celebrado com a empresa Tozzi Serviços de Soluções Patrimoniais Ltda. Nesse aditivo foi prorrogada a entrega dos relatórios para 30 de novembro de 2021.

Atualmente, encontra-se em fase de conclusão o segundo termo aditivo ao contrato nº 026/2021, prorrogando a vigência contratual de 11/02/2022 a 30/06/2022 em função da paralização dos trabalhos pela suspensão da liquidação pelo TCU.

c. Impostos a Recuperar

Em 18 de outubro de 2021, por meio do PE nº 011/2021, foi contratada a empresa Convergry Serviços e Contabilidade Ltda. EPP para assessoria e consultoria especializada em verificação de créditos tributários, para levantamento, auditoria e emissão de pareceres, por meio de análise, dos montantes registrados nas contas de Tributos a Recuperar, visando a compensação e/ou restituição destes créditos, bem como a destinação contábil a ser empregada dos créditos que estejam prescritos, incluindo o ingresso de processo administrativo e/ou judicial quando solicitado.

Em função da complexidade dos trabalhos, no dia 10 de fevereiro de 2022, foi prorrogado o contrato celebrado com a empresa Convergry por 60 dias.

31 Continuidade Operacional

Através do Decreto nº 10.578, de 15 de dezembro de 2020, foi autorizada a dissolução societária do Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A. e a publicização das atividades direcionadas à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico e à inovação no setor de microeletrônica do CEITEC. Em 11 de fevereiro de 2021 foi realizada AGE que nomeou o liquidante e fixou prazo para conclusão da liquidação em 12 (doze) meses, prorrogáveis mediante solicitação justificada do liquidante.

Em 16 de junho 2021, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações - MCTI publicou no DOU o Edital de Chamamento Público Nº 11, retificado pelo Edital Nº 23/2021/SEI-MCTI publicado em 29 de julho de 2021 para a Publicização das atividades de pesquisa, desenvolvimento e extensão tecnológica em semicondutores, microeletrônica, nanoeletrônica e áreas correlatas, realizadas pelo CEITEC.

Por intermédio de DESPACHO MINISTERIAL, em 9 de setembro de 2021, foi determinada a Suspensão Temporária dos Editais de Chamamento Público nº 23/2021/SEI-MCTI e Edital nº 11/2021/SEI-MCTI (DOU 172 de 10/09/2021).

Em 03 de novembro de 2021, foi feita a Reabertura do Edital de Chamamento Público nº 11/2021/SEI-MCTI e do Edital nº 23/2021/SEI-MCTI (DOU 206 de 03/11/2021).

Em 05 de janeiro de 2022, foi habilitada e homologada a proposta da Associação para a Promoção da Excelência do Software Brasileiro – Softex, na etapa 3 do Edital de Chamamento Público Nº 11/2021/SEI-MCTI, retificado pelo Edital Nº 23/2021/SEI-MCTI, relativa à análise dos documentos de habilitação jurídica, regularidade fiscal e qualificação técnica e econômico-financeira <<https://www.gov.br/mcti/pt-br/semicondutores>>.

32 Suspensão do Processo de Liquidação pelo TCU

Em 01 de setembro de 2021, Processo TC 020.973/2020-9 - Acórdão TCU 2.061/2021-TCU - Plenário, determinou a suspensão do processo de desestatização do CEITEC em Liquidação. Acatando a determinação e seguindo a orientação da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais do Ministério da Economia - SEST/ME, todas as atividades do processo de liquidação foram suspensas, permanecendo apenas as atividades não vinculadas a liquidação.

Em 14 de outubro de 2021 – Despacho do relator Ministro Bruno Dantas admitiu o processo do recurso interposto pelo Ministério da Ciência e Inovação e Ministério da Economia (pedido de reexame) e conferiu efeito suspensivo aos itens 9.1 (suspensão do processo de liquidação) e 9.3 (publicização) do acórdão recorrido: As atividades de liquidação continuaram suspensas, aguardando a manifestação da SEST/ME na revogação da orientação anterior.

Em 19 de outubro de 2021 - Despacho do Ministro Bruno Dantas retificando o teor do seu despacho de 14 de outubro de 2021, afastou o efeito suspensivo em relação ao item 9.1 (“determinar ao Ministério da Economia que se abstenha de dar prosseguimento ao processo de desestatização do Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A. – Ceitec...”) do Acórdão 2.061/2021-TCU-Plenário, restabelecendo-lhe, por consequência, sua eficácia, permanecendo assim, a suspensão do processo de liquidação: Permanece a execução de atividades não vinculadas à liquidação; e registro que estes fundamentos não se aplicam ao item 9.3 do Acórdão 2.061/2021-TCU-Plenário (do prosseguimento das etapas previstas no Edital de Chamamento Público nº 11, de 15 de junho de 2021), em face do seu caráter de mérito.

Em 01 de fevereiro de 2022 foi realizada a AGE que pronunciou-se pela prorrogação do prazo de liquidação do CEITEC, por mais 6 (seis) meses para o cumprimento das atividades e obrigações necessárias à finalização da liquidação, devendo o liquidante, em observância ao disposto no art. 8º, parágrafo único, do Decreto nº 9.589/2018, apresentar novo plano de trabalho no prazo de dez dias úteis, contados da data da presente Assembleia.

33 Evento Subsequente

Foi publicado em 20/04/2021 pelo Conselho Federal de Contabilidade a Norma Brasileira de Contabilidade - NBC TG 900 – Entidades em Liquidação, de 18 de março de 2021 “que estabelece critérios e procedimentos contábeis específicos para entidade em liquidação”.

Esta Norma deve ser adotada por toda entidade em liquidação, que deve elaborar e divulgar suas demonstrações contábeis de acordo com a mesma a partir do momento que iniciar o processo de liquidação, independentemente do período de reporte a que esteja submetida mensal ou anualmente de acordo com a especificidade da entidade.

A administração estava estruturando as demonstrações contábeis do exercício findo em 31/12/2021 para fins de atendimento a NBC TG 900 – Entidades em Liquidação. Muitas das informações requeridas na referida NBC já se encontram divulgadas no Plano de Trabalho elaborado pela equipe de liquidação e aprovado pela SEST/ME, disponível em: <<http://www.ceitec-sa.com/pt/Documentos%20Publicos/Plano%20de%20Trabalho%20-%20CEITEC%20em%20Liquida%e3%a7%e3%a3o.pdf>>.

Com a suspensão da liquidação pela Corte de Contas, foi realizada consulta para os seguintes órgãos e empresas: Consultoria Jurídica do CEITEC; prestadora de serviços terceirizados contábeis; empresa de consultoria na área contábil, legislação societária, fiscal e trabalhista; e para a Controladoria Geral da União - CGU, a respeito da aplicação da NBC TG 900.

Todas as empresas e órgão consultados se manifestaram pela não aplicação da NBC TG 900, atualmente, em função da suspensão das atividades da liquidação pelo TCU.

MICHELLE GRUBERT DOS SANTOS HANNECKER

Contadora CRC/RS 067.323/O-4

CPF/MF N° 755.984.260-72

ABÍLIO EUSTÁQUIO DE ANDRADE NETO

LIQUIDANTE

CPF/MF N° 310.021.967.87